

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Technos S.A. (a "Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto e está sediada na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia foi constituída em 6 de dezembro de 2007 e entrou em operação em 8 de janeiro de 2008. Seu objeto social é a participação em outras sociedades, no país ou no exterior. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia detinha participação de 100% no capital da Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A. ("TASA") e no capital da SCS Comércio de Acessórios de Modas Ltda. ("SCS"), empresas consolidadas nessas demonstrações financeiras (conjuntamente "Grupo"). O Grupo tem como atividade principal a fabricação e distribuição no atacado de relógios de pulso.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 29 de março de 2019.

2 Base de preparação

- a)** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

- b) Retificação de erros**

Durante o exercício de 2018, a Companhia identificou que na rubrica de impostos a recuperar, estavam anteriormente registrados valores decorrentes de processos judiciais ativos, incluindo as respectivas atualizações monetárias e imposto de renda e contribuição social diferidos, ou seja, ativos contingentes, os quais não deveriam ser registrados, de acordo com o CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Portanto foram erroneamente considerados nas demonstrações financeiras dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Consequentemente, os ativos, o resultado e o patrimônio líquido relacionados foram apresentados a maior.

Nesse sentido, a Companhia reverteu estes saldos e consequentemente, está reapresentando, no exercício corrente, os valores correspondentes das demonstrações financeiras individual e consolidada, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em conformidade com o CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e erro (IAS 8) e CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1).

As notas explicativas e a tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Nas demonstrações financeiras consolidadas:

Reversão do ativo contingente, no montante de R\$ 10.932, anteriormente classificado na rubrica de impostos a recuperar, e estorno do ganho, no montante de R\$ 9.852, classificado em outras receitas (reconhecimento inicial) e em receitas financeiras (atualização monetária), no montante de R\$ 1.080. Houve, também, reversão do IR/CS diferidos passivos relacionados ao reconhecimento desse ganho, no montante de R\$ 767.

Nas demonstrações financeiras individuais:

Reversão do resultado de equivalência patrimonial positivo oriundo das controlada Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A. e controlada indireta SCS Comércio de Acessórios de Modas Ltda., com contrapartida no investimento, no montante de R\$ 10.165.

Balanco patrimonial (em milhares de Reais)

	31 de dezembro de 2017 (consolidado)		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Total do ativo circulante	338.157	-	338.157
Total do ativo não circulante mantido para venda	667	-	667
Impostos a recuperar	25.540	(10.932)	14.608
Total do ativo não circulante	376.043	(10.932)	365.111
Total do ativo	714.867	(10.932)	703.935
Total do passivo circulante	104.091	-	104.091
Imposto de renda e contribuição social diferidos	48.250	(767)	47.483

Technos S.A.
Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2018 e 2017

Total do passivo não circulante	146.826	(767)	146.059
Reservas de lucros	168.130	(10.165)	157.965
Patrimônio líquido	463.950	(10.165)	453.785
Total do passivo e do patrimônio líquido	714.867	(10.932)	703.935

31 de dezembro de 2017 (controladora)

	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Total do ativo circulante	8.405	-	8.405
Investimentos	455.621	(10.165)	445.456
Total do ativo não circulante	455.621	(10.165)	445.456
Total do ativo	464.026	(10.165)	453.861
Total do passivo	76	-	76
Reservas de lucros	168.130	(10.165)	157.965
Patrimônio líquido	463.950	(10.165)	453.785
Total do passivo e do patrimônio líquido	464.026	(10.165)	453.861

Demonstrações de resultados (em milhares de Reais)

31 de dezembro de 2017 (consolidado)

	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Lucro bruto	155.073	-	155.073
Despesas com vendas	(132.676)	-	(132.676)
Despesas administrativas	(36.213)	-	(36.213)
Outras receitas (despesas), líquidas	10.895	(9.852)	1.043
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras	(2.921)	(9.852)	(12.773)
Receitas financeiras	43.715	(1.080)	42.635
Despesas financeiras	(45.134)	-	(45.134)
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro	(4.340)	(10.932)	(15.272)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.421	767	3.188
Prejuízo do exercício	(1.919)	(10.165)	(12.084)
Prejuízo básico e diluído por ação em R\$	(0,0248)	(0,1315)	(0,1563)

31 de dezembro de 2017 (controladora)

	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Lucro bruto	-	-	-
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras	(1.833)	-	(1.833)
Receitas financeiras	123	-	123
Despesas financeiras	(9)	-	(9)
Equivalência patrimonial	(200)	(10.165)	(10.365)
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro	(1.919)	(10.165)	(12.084)
Prejuízo do exercício	(1.919)	(10.165)	(12.084)

Demonstrações dos resultados abrangentes *(em milhares de Reais)*

31 de dezembro de 2017 (controladora e consolidado)			
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Prejuízo do exercício	(1.919)	(10.165)	(12.084)
Ajustes de conversão investidas no exterior, líquido de impostos	24	-	24
Total do resultado abrangente do exercício	(1.895)	(10.165)	(12.060)

Demonstração da mutação do patrimônio líquido *(em milhares de Reais)*

31 de dezembro de 2017 (controladora e consolidado)			
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Retenção de lucros	97.211	(10.165)	87.046
Total do patrimônio líquido	463.950	(10.165)	453.785

Demonstrações dos fluxos de caixa *(em milhares de Reais)*

31 de dezembro de 2017 (consolidado)			
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.340)	(10.932)	(15.272)
Prejuízo ajustado pelos itens que não afetam o caixa	36.062	(10.932)	25.130
Redução (aumento) nos impostos a recuperar	(13.432)	10.932	(2.500)

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	20.925	-	20.925
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(12.096)	-	(12.096)
Caixa líquido aplicado das atividades de financiamento	(10.978)	-	(10.978)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.149)</u>	<u>-</u>	<u>(2.149)</u>

31 de dezembro de 2017 (controladora)

	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.919)	(10.165)	(12.084)
Equivalência patrimonial	200	10.165	10.365
Prejuízo ajustado pelos itens que não afetam o caixa	(1.530)	-	(1.530)
Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais	(124)	-	(124)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	-	-
Caixa líquido aplicado das atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(124)</u>	<u>-</u>	<u>(124)</u>

Demonstrações do valor adicionado (*em milhares de Reais*)

31 de dezembro de 2017 (consolidado)

	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Outras receitas (despesas), líquidas	(135)	(9.852)	(9.987)
Valor adicionado bruto	152.195	(9.852)	142.343
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	140.005	(9.852)	130.153
Receitas financeiras	43.716	(1.080)	42.636
Valor adicionado total a distribuir	200.829	(10.932)	189.897
Impostos, taxas e contribuições Federais	(23.538)	767	(22.771)
Prejuízo no exercício	1.919	10.165	12.084
Valor adicionado distribuído	<u>(200.829)</u>	<u>10.932</u>	<u>(189.897)</u>

31 de dezembro de 2017 (controladora)			
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	(352)	-	(352)
Resultado de equivalência patrimonial	(199)	(10.165)	(10.364)
Valor adicionado total a distribuir	(428)	(10.165)	(10.593)
Prejuízo no exercício	1.919	10.165	12.084
Valor adicionado distribuído	428	10.165	10.593

2.1 Sazonalidade

A Companhia não opera com impactos sazonais significativos durante o período, entretanto, no mercado interno, em geral, no quarto trimestre a demanda é mais forte do que nos demais trimestres, em razão das celebrações comemorativas de Natal.

2.2 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Technos S.A. e de suas controladas diretas e indiretas, conforme descrito na Nota 8, denominadas Grupo. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Com exceção do resgate das ações de não controladores, também mencionado na Nota 8, a Companhia não apresentou outras alterações de participações em empresas consolidadas nem nas bases para consolidação no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, portanto são as mesmas utilizadas em 31 de dezembro de 2017.

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza

quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. O percentual de participação nas empresas do grupo está disposto na Nota 9.

A empresa líder do Grupo é a Technos S.A., sediada no Brasil, onde negocia suas ações na bolsa de valores de São Paulo (BM&FBovespa). Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o Grupo não

possuía empresas controladas em conjunto ou coligadas.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

A administração da Companhia analisou e concluiu que para fins de divulgações nessas demonstrações financeiras, em função da estrutura do Grupo e das informações utilizadas para tomadas de decisão e avaliações de desempenho ser elaboradas considerando os resultados do Grupo como um todo a Technos S.A. possui somente um segmento.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas diretas e indiretas exceto pela controlada indireta MVT Limited cuja moeda funcional é o dólar de Hong Kong. A moeda de apresentação do Grupo também é o real.

Os ativos e passivos das controladas diretas e indiretas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na

demonstração do resultado.

Eventual ágio na compra de uma controlada no exterior após 1º de janeiro de 2009 e eventuais ajustes a valor justo dos valores contábeis dos ativos e passivos resultantes da aquisição são tratados como ativos e passivos da controlada no exterior e convertidos na data do fechamento.

b. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6 Ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a Valor Justo por Meio de Resultado (VJR):

(i) é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

(ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a Valor Justo Através de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

(iii) é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

(iv) seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

2.6.1 Classificação

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a VJR

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao VJORA

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais ao VJORA

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro

é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.6.4 Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

b. Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis do Grupo.

As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. O Grupo não adota a contabilidade de hedge (hedge accounting) e reconhece os derivativos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são subsequentemente, reconhecidas na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras".

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos ou outro prazo que atenda o ciclo normal de operação do Grupo, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso da taxa de juros efetiva, deduzidas do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos.

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de 'perdas incorridas' da IAS 39 por um modelo de 'perdas de crédito esperadas'. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38 / IAS 39.

A avaliação do valor justo é obtida através do cálculo do valor

presente dos fluxos de caixa descontados, considerando a melhor taxa compatível com transações de natureza, prazo e riscos do respectivo ativo. A outra premissa chave no cálculo do valor presente é o prazo de recebimento. Utilizamos como premissa o prazo individual de cada nota fiscal faturada. O Grupo reavalia essa metodologia trimestralmente, atualizando suas premissas conforme as práticas comerciais de prazos efetivamente registradas assim como alterações na taxa de desconto aplicada.

2.9 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio de aquisição, calculado a cada nova entrada nos estoques. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias-primas - Custo de aquisição segundo o custo médio.
- Produtos acabados e em elaboração - Custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada processo de importação.

A provisão para perda de estoques é constituída em montante considerado adequado pela administração para absorver perdas na realização dos saldos de estoques. A variação da provisão no exercício social é contabilizada na rubrica de custo de mercadorias vendidas.

2.10 Ativos intangíveis

a. Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

b. Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Valores a pagar por licenciamentos são registrados no passivo como "Licenciamentos a pagar". As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as licenças, uma vez que têm vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças durante sua vida útil estimada entre 1 e 5 anos. Para as marcas de vida útil indefinida que não estão sujeitos à amortização, são testados anualmente para a verificação de redução do valor recuperável (Nota 10).

c. Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data de aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são

contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente que varia de 1 a 5 anos.

d. Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de 1 a 5 anos.

2.11 Imobilizado

O imobilizado é composto por terrenos, edificações, equipamentos, veículos e instalações, e compreendem, principalmente, fábricas, escritórios e ativos utilizados na operação do Grupo. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que resultem em benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados por possuir vida útil indefinida, porém, conforme CPC 01 são testados no mínimo anualmente sobre possibilidade de redução do valor recuperável. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Anos

Edificações próprias	25
Benfeitorias em imóveis de terceiro	3 a 5
Equipamentos e instalações	10
Veículos	10
Móveis, utensílios e equipamentos	5 a 10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 11).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores recebidos com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado do exercício.

2.12 Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e determinadas marcas e terrenos, não estão sujeitos à amortização ou

depreciação e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são integralmente agrupados na Technos da Amazônia S.A. ("TASA"), que concentra as principais operações do Grupo. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.13 Fornecedores e licenciamentos a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e licenciamentos a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços ou licenciamentos de marcas que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo. Custos de transação são contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido, para evidenciar o valor líquido recebido. Os custos de transação de

captação não efetivada são reconhecidos como despesa no resultado do período em que se frustrar essa captação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para o Grupo substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo.

2.15 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos recursos financeiros requeridos para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a

liquidação de uma provisão são esperados que fossem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões de naturezas cíveis, trabalhista, previdenciária e fiscal objeto de contestação judicial são reavaliadas periodicamente, e são contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas dos balanços.

2.16 Tributação

a. Tributos incidentes sobre receita

As despesas de impostos e contribuições sobre as vendas do Grupo consistem em ICMS alíquota média de 12,5%, PIS e COFINS alíquotas médias de 1,30% (PIS) e 6,00% (COFINS) e ISS alíquota média de 4,5%.

Crédito estímulo do ICMS

A TASA, controlada integral da Companhia, detém benefício de incentivo fiscal de ICMS concedido pelo governo do Estado do Amazonas, sobre determinados produtos incentivados, que corresponde a 55% do valor do ICMS devido, apurado mensalmente na unidade fabril localizada no Distrito Industrial de Manaus - AM. Consequentemente, a despesa com esses tributos registrada na demonstração do resultado como dedução de vendas é contabilizada pelo valor líquido de 45%, portanto, a receita líquida considera tal benefício.

b. Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas no Brasil. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Grupo, através de sua controlada TASA, goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos produzidos na Zona Franca de Manaus. O incentivo fiscal é calculado com base no lucro tributário da atividade (chamado "lucro da exploração"), levando em consideração o lucro operacional dos projetos que são beneficiados pelo incentivo fiscal durante um período fixo. Esses incentivos foram concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e consistem na redução de 75% de imposto de renda sobre resultado apurado na unidade fabril localizado no Distrito Industrial de Manaus - AM. Não existem obrigações adicionais do Grupo com relação ao benefício fiscal direto do imposto de renda. Consequentemente, a despesa de imposto de renda da TASA é apresentada na demonstração do resultado pelo valor líquido, descontando a parcela do incentivo fiscal realizado.

c. Imposto de renda e contribuição social diferido

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 25 / IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e

passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da control

adora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as

consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.17 Benefícios a empregados

a. Participação dos empregados nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o indicador de performance e rentabilidade do Grupo, na forma estabelecida em acordo sindical, e desempenho de cada funcionário ou departamento, mensurada em função do alcance de metas anuais estabelecidas no início de cada exercício. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (constructive obligation). As provisões intermediárias são constituídas com base nas projeções de resultado e do pagamento a ser feito ao final do ano, considerando a parcela desse resultado atual atribuível ao resultado do exercício.

b. Plano de opção de compra de ações - stock options

O Grupo possui planos de remuneração com base em ações a parte de seus executivos, liquidados com ações disponíveis, segundo os quais a Companhia recebe os serviços desses executivos como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo, que somente poderão ser exercíveis depois de respeitados prazos específicos de carência. O valor justo dos serviços do empregado, recebido em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto

de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado. As condições de aquisição de direitos que não de mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido (vesting period); período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais da quantidade de opções, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança será tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

c. Outros benefícios

O Grupo oferece ainda outros benefícios aos seus funcionários como: assistência médica, seguro de vida, vale refeição ou refeição em refeitório e auxílio educação, independentemente do nível hierárquico. Adicionalmente, de acordo com a localidade do funcionário e seu nível hierárquico, oferecemos benefícios adicionais tais como estacionamento e aparelho de telefonia móvel. As despesas relacionadas a esses benefícios são reconhecidas na demonstração do resultado, quando incorridas.

O Grupo não oferece qualquer tipo de benefício pós-emprego aos seus funcionários.

2.18 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado.

2.19 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.20 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações.

A receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.

Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos.

Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.

O direito de recuperar as mercadorias a serem devolvidas é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação. O passivo de reembolso está incluído em outros passivos e o direito de recuperar os produtos devolvidos é incluído em estoques. O Grupo reavalia sua expectativa de devoluções na data do balanço, atualizando os valores do ativo e do passivo.

a. Venda de produtos

A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações.

A receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.

Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos.

Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.

O direito de recuperar as mercadorias a serem devolvidas é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação. O passivo de reembolso está incluído em outros passivos e o direito de recuperar os produtos devolvidos é incluído em estoques. O Grupo reavalia sua expectativa de devoluções na data do balanço, atualizando os valores do ativo e do passivo.

b. Vendas de serviços

O Grupo presta serviços de assistência técnica para os relógios das marcas sob a sua administração, nas suas diversas unidades espalhadas pelo Brasil.

A receita de prestação de serviços de assistência técnica é baseada em preço fixo e reconhecida no período em que os serviços são prestados.

c. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.21 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas informações contábeis do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que prevê o pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 25%. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.22 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

2.23 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.24 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo específico e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo, mesmo se esse ativo não estiver explícito no contrato.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o Grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Um arrendamento operacional é diferente de um arrendamento financeiro. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

O Grupo não é arrendador de nenhum bem.

2.25 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2)/IFRS 16 tenha um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo no período de aplicação inicial.

(a) CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos

O Grupo deverá adotar o CPC 06(R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. O Grupo avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que o Grupo apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

(i) Arrendamentos em que o Grupo é um arrendatário

O Grupo reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque o Grupo reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

O Grupo anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Com base nas informações atualmente disponíveis, o Grupo estima que reconhecerá obrigações adicionais de arrendamento de aproximadamente R\$ 4.000 em 1º de janeiro de 2019.

A Administração utilizou uma taxa de desconto preliminar, no reconhecimento do passivo de arrendamento. A taxa de desconto está sendo aprimorada e será concluída ao longo do exercício de 2019.

(ii) Arrendamentos em que o Grupo é um arrendador

O Grupo não opera atividade de arrendador.

(ii) Transição

O Grupo pretende aplicar o CPC 06(R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

O Grupo planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06(R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e a ICPC 03/IFRIC 4.

(b) Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

2.26 Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo adotou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes e o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

Devido aos métodos de transição escolhidos pelo Grupo na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas, exceto pela apresentação separada de redução ao valor recuperável de contas a receber.

O efeito da aplicação inicial dessas normas é atribuído principalmente ao seguinte:

- Reconhecimento de receita de venda de produtos já líquido do impacto estimado de futuras devoluções (CPC 47 / IFRS 15); e
- Um aumento nas perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no contas a receber de clientes (CPC 48 / IFRS 9).

CPC 47 / IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substitui o CPC 30 / IAS 18 Receitas e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

O Grupo adotou o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada – isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30 / IAS 18 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47 / IFRS 15, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

Não foi identificado impacto material na adoção inicial do CPC 47/IFRS 15.

As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC 47 / IFRS 15 no balanço patrimonial do Grupo em 31 dezembro de 2018 e na demonstração de resultado para o encerramento deste ano em cada uma das linhas afetadas. Não houve impacto material na demonstração dos fluxos de caixa do Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Consolidado		Valores sem a adoção do CPC 47 / IFRS 15
Conforme apresentado	Ajustes	

Impacto nas contas de ativo do balanço patrimonial:			
Cientes e outras contas a receber	160.179	1.405	161.584
Estoques (1)	115.105	549	114.556
Impostos a recuperar (1)	81.115	193	80.922
IR/CSL diferido ativo (1)	103.730	101	103.831
Ativo circulante	460.129	562	460.893
Patrimônio líquido			
Lucros acumulados	14.369	562	14.931
Outros	450.552		450.552
Patrimônio líquido	464.921	562	465.483
Impacto na demonstração do resultado:			
Receita líquida (1)	305.696	1.212	306.908
Custo das vendas (1)	159.038	549	159.587
IR/CSL diferidos (1)	13.022	101	12.921

- (1) Venda de produtos: De acordo com o CPC 30 / IAS 18, a receita para esses contratos era reconhecida para todos os produtos objeto da operação. De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita deve ser reconhecida para os produtos transferidos no valor da contraprestação ao qual a entidade espera ter direito e, portanto, a receita não deve ser reconhecida para os produtos que se espera que sejam devolvidos.

Assim, a Companhia passou a reconhecer a receita apenas para os produtos que se espera que não sejam devolvidos, com base no índice histórico de devoluções de vendas. O impacto dessa mudança é uma redução de receita e custo no momento do reconhecimento da operação com base na estimativa de devoluções ao invés do estorno de ambos no momento da efetiva devolução, como acontecia na política anterior. Além disso, há um novo ativo para o direito de recuperar as mercadorias a serem devolvidas, que é apresentado como parte dos estoques, e um novo passivo de devolução, que é apresentado na rubrica de outros passivos.

O CPC 47 / IFRS 15 não teve um impacto significativo nas políticas contábeis do Grupo com relação a outras fontes de receita.

CPC 48 / IFRS 9 instrumentos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48 / IFRS 9, o Grupo adotou as alterações consequentes ao CPC 26 / IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros sejam

apresentados em linha separada na demonstração do resultado. Anteriormente, a abordagem do Grupo era incluir a redução ao valor recuperável de contas a receber em “despesas com vendas”. Consequentemente, o Grupo reclassificou as perdas por redução ao valor recuperável de R\$ 14.487, reconhecidas pelo CPC 38 / IAS 39, de “despesas com vendas” para “perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber” na demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Adicionalmente, o Grupo adotou as alterações consequentes ao CPC 40 / IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, que são aplicadas às divulgações em 2018, mas que, em geral, não foram aplicadas à informação comparativa.

A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 48 / IFRS 9 no saldo de abertura de reservas de lucros.

	Consolidado
	Impacto da adoção do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018
Reserva de lucros:	
Reconhecimento de perda de crédito esperada conforme o CPC 48 / IFRS 9 (ii)	(6.098)
Imposto de renda e contribuição social relacionados	2.073

(i) **Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros**

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48/IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção da IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e passivos financeiros do Grupo em 1º de janeiro de 2018. O efeito da adoção do CPC 48/IFRS 9 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável.

	Classificação original conforme CPC 38 / IAS 39	Nova classificação conforme CPC 48 / IFRS 9
Ativo financeiro:		
Caixa e equivalente de caixa	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
–Depósitos vinculados	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
		Valor Justo através do
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo pelo resultado	Resultado – VJR
Outros ativos financeiros	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Passivo financeiro:		
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo Amortizado
Fornecedores	Outros passivos	Custo Amortizado
		Valor Justo através do
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo pelo resultado	Resultado – VJR

(ii) Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de ‘perdas incorridas’ da IAS 39 por um modelo de ‘perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38 / IAS 39.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 aumentem e tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 levou ao reconhecimento de uma provisão adicional para redução ao valor recuperável, conforme segue:

	Consolidado
Provisão para perda em 31 de dezembro de 2017 de acordo com o CPC 38 / IAS 39	24.688
Impairment adicional reconhecido em 1º de janeiro de 2018 em: Contas a receber de clientes	6.098
Provisão para perda em 1º de janeiro de 2018 de acordo com o CPC 48 / IFRS 9	30.786

(iii) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 / IFRS 9 foram aplicadas retrospectivamente, exceto conforme descrito abaixo.

O Grupo optou por não reapresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração (incluindo a redução ao valor recuperável). As diferenças nos valores contábeis dos ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção do CPC 48 / IFRS 9 foram reconhecidas em lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018. Dessa forma, as informações apresentadas para 2017 não refletem os requisitos do CPC 48 / IFRS 9, mas sim do CPC 38 / IAS 39.

As seguintes avaliações foram feitas com base nos fatos e circunstâncias que existiam na data da aplicação inicial.

- A determinação do modelo de negócios dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
- A designação e a revogação de designações anteriores de certos ativos e passivos financeiros mensurados ao VJR.
- A designação de certos investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação ao VJORA.

Se um investimento em um título de dívida apresentava baixo risco de crédito na data da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, então, o Grupo pressupôs que o risco de crédito do ativo não havia aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39.

Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e

(ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

O Grupo optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações forward-looking.

O Grupo presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- (i) é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- (ii) o ativo financeiro está vencido a período superior ou igual a 180 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração de perdas de créditos esperadas

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos o Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação de crédito" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

Apresentação de impairment

Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em resultados abrangentes, em vez de reduzir o valor contábil do ativo. O Grupo não possui instrumentos financeiros ativos classificados nesta categoria.

As perdas por impairment relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e em resultados abrangentes. Não houve reclassificação entre resultado do exercício e resultado abrangente para efeito de comparação.

Para ativos no escopo do modelo de impairment do CPC 48 / IFRS 9, as perdas por impairment devem aumentar e se tornar mais voláteis. O Grupo determinou que a aplicação dos requerimentos de impairment do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 resultaram em uma provisão adicional de R\$ 6.098.

Contas a receber e ativos contratuais

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos três anos. O Grupo realizou o cálculo da taxa de perda de crédito esperada de forma global por títulos emitidos.

	Taxa média	Saldo contábil	Provisão
A vencer	0,62%	159.300	988
Vencidos			
Até 90 dias	Entre 4,53% e 29,99%	5.987	551
Entre 91 a 180 dias	Entre 28,66% e 27,27%	3.241	871
Acima de 181 dias	Entre 30,32% e 100%	32.425	35.565
Contas a receber de clientes		<u>200.953</u>	<u>37.975</u>

3. Estimativas críticas na aplicação das políticas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

Perda (*impairment*) estimada de ágio

Anualmente, o Grupo testa potenciais perdas (*impairment*) de ágio e intangíveis de vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.12. Os valores recuperáveis dos intangíveis foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas, ou pelo valor justo menos as despesas necessárias a essa venda.

O Grupo utilizou como metodologia para a determinação do valor recuperável, o valor justo, líquido de despesa de venda e alocou tal ágio a uma única unidade geradora de caixa (UGC). Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o Grupo utilizou para cálculo do valor recuperável o método de fluxo de caixa descontado. O resultado indica valor recuperável superior ao valor contábil, consequentemente não foi registrada nenhuma perda por *impairment* de ágio.

Provisão para contingências

As provisões para contingências são registradas e/ou divulgadas, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota pela administração. Essas avaliações e estimativas da administração são realizadas considerando a posição de nossos consultores jurídicos. As contingências estão divulgadas na Nota 13.

O registro contábil de uma provisão para contingência na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, a resolução de uma contingência ocorre quando um ou mais eventos futuros são observados. Tipicamente, a ocorrência desses eventos (tais como decisões judiciais finais) independe da atuação da administração, dificultando a precisão das estimativas contábeis acerca da data de conclusão desses eventos. A avaliação de tais passivos exige a necessidade de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Provisão de *impairment* de estoques

A provisão de *impairment* de estoques é registrada quando a administração do Grupo avalia que o valor de custo de seus estoques está registrado por valor superior ao seu valor recuperável. A provisão de *impairment* de estoques está descrita na Nota 8.

A análise da recuperabilidade dos saldos de estoques requer uma avaliação criteriosa da administração que avalia, continuamente, a cada data de reporte, a

recuperabilidade de seus estoques. O registro de *impairment* de estoques, envolve a avaliação da administração e julgamentos críticos relativos, principalmente, a obsolescência e avaliação do valor de custo ou mercado.

No caso de obsolescência, mensalmente a administração do Grupo, baseada em dados históricos e prognósticos futuros, avalia a necessidade de se complementar ou reverter provisão de *impairment* por obsolescência.

A administração avalia ainda, o valor dos seus estoques com base no custo ou valor de mercado (recuperável), dos dois o menor. Caso o valor de mercado determinado com base em custo de reposição ou de venda, dependendo de peça em produção ou produto acabado, seja inferior ao valor de custo, o Grupo constitui provisão para *impairment*.

Perdas estimadas para liquidação duvidosa

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos três anos. O Grupo realizou o cálculo da taxa de perda de crédito esperada de forma global por títulos emitidos, vencidos e vincendos.

Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir as premissas e se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de balanço (Nota 22.3).

Provisão de assistência técnica de produtos em garantia pós venda

Com base em histórico de índice de defeito o grupo registra em conta do passivo estimativa de gastos futuros com assistência técnica de produtos em garantia. Mensalmente a estimativa é analisada para identificação de ajustes pontuais e alinhamento do procedimento.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e numerário em trânsito	-	-	1.113	921
Depósitos bancários de curto prazo	25	20	6.730	4.944
Operações compromissadas lastreadas em debêntures (a)	-	-	62.018	8.964
	25	20	69.861	14.829

- (a) Os saldos mantidos como equivalentes de caixa são remunerados em média de 95% a 105% do Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), e mantidos em instituições de primeira linha, não possuindo quaisquer restrições ou penalizações por resgates antecipados. A Companhia utiliza tais instrumentos na gestão de caixa, visando atender compromissos de curto prazo.

5. Caixa restrito

Conforme descrito na nota explicativa nº 11 (Empréstimos e Financiamentos), a Companhia obteve um financiamento junto à FINEP (Financiadora de Inovação e Pesquisa) cujos os recursos possuem destino específico e exclusivo. O saldo captado e ainda não utilizado está classificado na rubrica de Caixa Restrito no ativo circulante, possui remuneração média de 100% do CDI e é mantido em instituição de primeira linha. O montante da aplicação financeira é R\$ 7.540 em 31 de dezembro de 2018.

6. Depósito vinculado

O Grupo mantém depósitos vinculados como aplicações em cotas de fundo de investimento vinculadas à conta escrow em garantia ao pagamento de contas a pagar em aquisição societária da Dumont Saab do Brasil, classificadas no ativo não circulante. O montante das aplicações financeiras é de R\$ 24.164 em 31 de dezembro de 2018 (R\$24.572 em 2017) classificadas no ativo não circulante. As aplicações possuem remuneração média de 100% do CDI, e são mantidas em instituições de primeira linha.

7. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2018	2017
Contas a receber de clientes	200.036	209.873
Contas a receber de cartões de crédito	1.034	10.172
Ajuste a valor presente	(2.916)	(3.660)
Provisão para perdas esperadas nas contas a receber de clientes	(37.975)	(24.688)
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>160.179</u>	<u>191.697</u>
Total ativo circulante	160.179	191.607
Total ativo não circulante	-	90
	<u>160.179</u>	<u>191.697</u>

Abaixo, segue o saldo de contas a receber por prazo de vencimento:

	Consolidado	
	2018	2017
A vencer	159.300	170.352
Vencidos		
Até 90 dias	5.987	12.007
Entre 91 a 180 dias	3.241	4.144
Acima de 181 dias	32.425	33.542
Contas a receber de clientes	<u>200.953</u>	<u>220.045</u>

O saldo líquido das contas a receber aproxima-se do valor justo e foi apurado com base nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se a melhor taxa de desconto, diminuídos da provisão para perdas esperadas nas contas a receber de clientes.

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos três anos. O Grupo realizou o cálculo da taxa de perda de crédito esperada de forma global por títulos emitidos, vencidos e vincendos, apurando em 31 de dezembro de 2018 uma expectativa de perda de R\$ 37.975 (R\$ 24.688 em 2017).

As movimentações na provisão para perda de contas a receber de clientes do

Grupo são as seguintes:

	Consolidado	
	2018	2017
Saldo inicial	24.688	10.201
Provisão para perdas esperadas nas contas a receber de clientes	14.327	19.997
Reversão ou baixa de provisão	(1.040)	(5.510)
Saldo contábil	<u>37.975</u>	<u>24.688</u>

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil das contas a receber. O Grupo não mantém nenhum título como garantia e não foi efetuado qualquer desconto de duplicatas.

As contas a receber de clientes são integralmente denominadas em Reais.

8. Estoques

	Consolidado	
	2018	2017
Produtos acabados	81.083	78.583
Produtos em processo	3.270	1.954
Componentes	71.082	65.303
Importações em andamento	5.765	178
Direitos de devolução de produtos	549	-
Adiantamentos a fornecedores	3.085	7.105
Provisão para perda de estoque	(49.729)	(47.531)
	115.105	105.592

As movimentações na provisão para valor de realização, que foi constituída em montante considerado adequado pela Administração para absorver perdas na realização dos saldos de estoques do Grupo, são as seguintes:

	Consolidado	
	2018	2017
Saldo inicial	47.531	37.132
Constituição de provisão para perda em estoques	2.198	11.419
Reversão de provisão para perdas em estoque/venda estoque obsoleto	-	(1.020)
Saldo contábil	49.729	47.531

A política de provisão para redução ao valor recuperável de estoques é baseada em dados como (i) excesso de cobertura, (ii) margem e (iii) idade dos itens.

9. Investimentos

O Grupo possui as seguintes participações diretas e indiretas:

				Percentual e tipo de participação	
Nome				Direta/indireta	
TASA	Brasil	Fabricação de relógios	Direta	100	100
TASS	Suíça	Escritório de representação	Indireta	100	100
SCS	Brasil	Comércio varejista	Direta e Indireta	100	100
TOUCH	Brasil	Comércio varejista	Indireta	100	100
MVT	Hong Kong	Importadora e Exportadora	Indireta	100	100

A movimentação dos investimentos é como segue:

	Controladora	
	2018	2017(Reapresentado)
Em 1º de janeiro	445.456	454.828
Equivalência patrimonial	15.914	(10.365)
Ajuste reflexo impacto inicial adoção IFRS 9	(4.025)	
Participação por ajuste reflexo no patrimônio de subsidiária	(47)	25
Dividendos (a)	-	(918)
Opções de ações - <i>stock options</i>	1.497	1.886
	458.795	445.456

(a) Saldo de dividendos integralmente deliberados pela controlada TASA.

9. Investimentos--Continuação

Segue abaixo um sumário das principais informações financeiras das controladas diretas e indiretas do Grupo:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Receita	Lucro (prejuízo)
31 de dezembro de 2018					
TASA	789.042	411.670	377.372	298.278	15.251
TASS	8	35	(27)	-	-
SCS	93.824	42.396	51.428	29.933	(9.049)
TOUCH	246	226	20	-	-
MVT	1.238	255	983	-	(1.423)
Em 31 de dezembro de 2017	706.636	264.074	442.562	361.709	1.232
TASA	623.180	248.215	374.965	337.927	3.671
TASS	7	34	(27)	-	(2)
SCS	81.800	15.423	66.377	22.783	(2.168)
TOUCH	246	226	20	-	-
MVT	1.403	176	1.227	999	(269)

A conciliação entre o investimento em subsidiárias e o patrimônio líquido e o lucro líquido das subsidiárias é demonstrado a seguir:

	2018	2017
Patrimônio líquido das subsidiárias	429.776	442.562
Menos		
Lucro não realizado em estoque em operações entre subsidiárias	-	(1.467)
Ajustes em operações entre subsidiárias	(85)	(216)
Patrimônio líquido de subsidiárias controladas indiretamente	<u>(46.618)</u>	<u>(60.213)</u>
Patrimônio líquido ajustado das subsidiárias	<u>383.073</u>	<u>380.666</u>
Lucro líquido (prejuízo) das subsidiárias	4.779	(8.933)
Menos		
Lucro não realizado em operações entre as subsidiárias	(203)	(207)
Participação entre subsidiárias	<u>11.338</u>	<u>(1.225)</u>
Prejuízo ajustado das subsidiárias	<u>15.914</u>	<u>(10.365)</u>

10. Intangível

	Consolidado				Total
	Ágios	Software	Marcas e licenciamentos	Relações contratuais com clientes	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	226.838	6.466	24.816	4.645	262.765
Aquisições	-	5.399	453	-	5.852
Transferência- custo	-	(3.999)	(4.142)	2.824	(5.317)
Transferência- Amortização	-	2.900	2.111	306	5.317
Baixa -custo	-	(33)	-	-	(33)
Baixa - amortização	-	2	-	-	2
Amortização	-	(1.767)	(777)	(3.569)	(6.113)
Em 31 de dezembro de 2017	226.838	8.968	22.461	4.206	262.473
Custo	226.838	15.438	27.472	20.195	289.943
Amortização acumulada	-	(6.470)	(5.011)	(15.989)	(27.470)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	226.838	8.968	22.461	4.206	262.473
Saldo Inicial	226.838	8.968	22.461	4.206	262.473
Aquisições	-	3.373	668	640	4.681
Amortização	-	(2.045)	(669)	(2.341)	(5.055)
Em 31 de dezembro de 2018	226.838	10.296	22.460	2.505	262.099
Custo	226.838	18.811	28.140	20.835	294.624
Amortização acumulada	-	(8.515)	(5.680)	(18.330)	(32.525)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	226.838	10.296	22.460	2.505	262.099

Em 31 de dezembro de 2018, o montante R\$ 66 (em 2017 - R\$ 84) referente à despesa de amortização foi imputado ao custo de produção, R\$ 2.692 (em 2017 - R\$ 2.317) em "Despesas com vendas" e R\$ 2.297 (em 2017- R\$ 3.712) em "Despesas administrativas".

Aos ativos intangíveis de software, marcas e licenciamento e relações contratuais com clientes, exceto os ativos de vida útil indefinida, aplica-se a taxa de amortização anual calculada linearmente entre 20% a 100% ao ano.

Ágios

O ágio determinado na aquisição em 2008 da SD Participações e suas controladas (T1 Participações S.A., posteriormente incorporada por Technos Relógios S.A., esta por sua vez incorporada pela Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A., cujo saldo em 31 de dezembro de 2017 era de R\$123.171) foi calculado como a diferença entre o valor pago e o valor contábil do patrimônio líquido das entidades adquiridas, líquido dos acervos contábeis incorporados. O ágio determinado na época foi fundamentado em rentabilidade futura, e foi registrado no intangível. O ágio foi amortizado até 31 de dezembro de 2008. A partir de 2009, o ágio não é mais amortizado, porém está sujeito a teste anual de *impairment*.

Em 22 de março de 2013, o Grupo adquiriu de Famag Participações S.A. e Roumanos Youssef Saab (pessoa física), em conjunto, "vendedores", 100% do capital votante (e 95,84% do capital total) da Dumont Saab do Brasil S.A. ("Dumont" ou "adquirida"), uma empresa que atua na produção e comércio de relógios, com sede no estado do Amazonas, por R\$182.107, integralmente pago em caixa para os vendedores. O ágio de R\$81.904 que surge da aquisição é atribuível à sinergia a ser obtida com a integração das operações da adquirida às economias de escala esperadas da combinação de suas operações às do Grupo.

Em 24 de julho de 2012 o Grupo, através de suas controladas SCS e a TASA, adquiriu 100% das quotas das seguintes sociedades: (i) Touch Watches Franchising do Brasil Ltda., detentora da marca Touch e franqueadora de 83 pontos de venda de relógios e óculos Touch no Brasil, (ii) Touch da Amazônia Indústria e Comércio de Relógios Ltda., operadora de linha de montagem de relógios na Zona Franca de Manaus, e (iii) Touch Búzios Relógios Ltda., You Time Relógios Ltda., e Touch Barra Comércio de Relógios e Acessórios Ltda., representando três lojas próprias no estado do Rio de Janeiro. O ágio de R\$20.831 que surgiu da aquisição é atribuível basicamente às economias de escala esperadas da combinação das operações do Grupo e das unidades Touch.

Testes de verificação de *impairment* para ágio e ativos tangíveis intangíveis de vida útil indefinida

O Grupo avaliou a recuperação do valor contábil do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para a Unidade Geradora de Caixa (UGC). O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa do Grupo aprovada pela Administração.

A Administração não identificou deterioração significativa em suas UGCs que justificasse uma avaliação de *impairment*.

Testes de verificação de *impairment* para ágio e ativos tangíveis intangíveis de vida útil indefinida

Para fins de testes, os três ágios foram integralmente alocados ao investimento na TASA, por ser considerada a única UGC.

A metodologia aplicada para determinar o valor da UGC é o fluxo de caixa descontado, também conhecido como Discounted Cash Flow (DCF). O conceito básico desta metodologia resume-se na determinação dos fluxos de caixa livres em um período determinado, em função do resultado operacional, do retorno ao resultado operacional da depreciação sobre o ativo imobilizado, apropriada ao resultado do exercício e da necessidade líquida de capital de giro incremental, determinada em função do ciclo financeiro do Grupo.

Os saldos de caixa por período são calculados a valor presente, descontados através da aplicação da taxa que determina o Custo Médio Ponderado de Capitais (*Weighted Average Cost of Capital (WACC)*). Esta taxa considera diversos

componentes do financiamento, dívida e capital próprio utilizados pelo Grupo para financiar suas atividades.

Foi considerado um período de fluxo de caixa de cinco anos de acordo com as projeções do Grupo, acrescidos do valor residual calculado pela perpetuação do saldo de caixa no quinto ano, descontado ao valor presente pelo WACC diminuído da expectativa de crescimento na perpetuidade.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2018, para a UGC, são as que seguem:

- Resultado operacional líquido: 15%
- Taxa de crescimento do fluxo de caixa em perpetuidade: 2%
- Taxa de desconto (WACC): 10,14% (2017: 10%)
- Margem líquida média do período orçado de cinco anos: 10,5%
- Valor em uso da UGC TASA: R\$ 558.875

A administração determinou a margem líquida orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas futuras. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as projeções das premissas. As taxas de desconto utilizadas estão em linha com as praticadas no mercado interno e refletem riscos específicos em relação ao segmento operacional.

11. Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	137	10.074	5.390	4.022	5.678	10.480	35.781
Aquisições	-	237	714	373	1934	3.952	7.210
Transferências- custos	-	(613)	660	468	32	(635)	(88)
Transferências – depreciação	-	1	1	42	1	43	88
Impairment	-	-	-	5	-	901	906
Alienações – custo	-	-	(3.239)	(6.731)	(2.454)	(3.234)	(15.658)
Alienações – depreciação	-	-	3.183	6.210	596	2.716	12.705
Depreciação	-	(538)	(1.937)	(766)	(620)	(2.216)	(6.077)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	137	9.161	4.772	3.623	5.167	12.007	34.867
Custo	137	19.855	17.390	11.321	5.965	24.379	79.047
Depreciação	-	(10.694)	(12.618)	(7.698)	(798)	(12.372)	(44.180)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	137	9.161	4.772	3.623	5.167	12.007	34.867
Aquisições	-	344	3.041	1.441	1.777	3.914	10.517
Impairment	-	-	-	5	-	-	5
Alienações – Custo	-	(220)	(4.781)	(433)	(1.749)	(1.171)	(8.354)
Alienações – depreciação	-	-	4.757	83	372	698	5.910
Depreciação	-	(520)	(1.927)	(827)	(547)	(2.406)	(6.227)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	137	8.765	5.862	3.892	5.020	13.042	36.718
Custo	137	19.979	15.650	12.334	5.993	27.122	81.215
Depreciação	0	(11.214)	(9.788)	(8.442)	(973)	(14.080)	(44.497)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	137	8.765	5.862	3.892	5.020	13.042	36.718

Em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 1.880 (em 2017 – R\$ 1.586) referente à despesa de depreciação foi imputado ao custo de produção, R\$ 3.022 (em 2017 - R\$ 3.109) em "Despesas com vendas" e 1.325 (em 2017 - R\$ 1.382) em "Despesas Administrativas".

12. Empréstimos e financiamentos

Em setembro de 2017, o Grupo obteve empréstimos bancários, junto a bancos de primeira linha, no valor de R\$86.500 (equivalente a US\$27.428), remunerado pela variação cambial mais taxa de juros média de 4,7% ao ano. Esse empréstimo tem fluxo de vencimento até 1º de outubro de 2019. O saldo atualizado da dívida em 31 de dezembro de 2017 era de R\$90.098. A dívida será declarada vencida antecipadamente se o quociente de divisão da dívida líquida pelo EBTIDA em dezembro de cada ano for inferior a 3,50 e se o quociente de divisão do EBTIDA pelo resultado financeiro for inferior a 1,50. Para esse último covenants, a Companhia encontra-se em descumprimento entretanto a dívida já está classificada no curto prazo. Esses recursos foram utilizados para liquidar uma dívida captada em setembro de 2015. Saldo atualizado em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 51.673.

Em setembro de 2017, o Grupo obteve empréstimo bancário, em moeda estrangeira, junto a banco de primeira linha, no valor de R\$20.000 (equivalente a US\$6.424), remunerado pela variação cambial mais taxa de juros de 4,48% ao ano. Esse empréstimo tem vencimento em parcela única em 10 de setembro de 2018. O saldo atualizado da dívida em 31 de dezembro de 2017 era de R\$21.602. Empréstimo liquidado em agosto de 2018.

Em maio de 2018, o Grupo obteve empréstimo bancário, em moeda estrangeira, junto a banco de primeira linha, no valor de R\$10.198 (equivalente a US\$2.900), remunerado pela variação cambial mais taxa de juros de 4,81% ao ano. Esse empréstimo tem fluxo de vencimento até 13 de abril de 2020. O saldo atualizado da dívida em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 8.499.

Em junho de 2018, o Grupo obteve empréstimo bancário junto à FINEP – Financiadora de Inovação e Pesquisa, no valor total de R\$36.137, remunerado em 100% da TJLP. Em junho de 2018 foi liberada a parcela de R\$ 20.970. Este empréstimo tem fluxo de vencimento até junho de 2027. O restante do saldo será liberado em junho de 2019, R\$ 10.393, e junho de 2020, R\$ 4.774. Saldo atualizado da dívida em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 20.169. O recurso disponibilizado pelo FINEP e ainda não aplicado no projeto é controlado em rubrica de Caxa Restritivo no ativo circulante.

Os empréstimos bancários sujeitos a cláusulas de liquidação antecipada estão dentro dos limites estabelecidos em contrato.

Os empréstimos bancários captados no exterior estão 100% protegidos economicamente com swap em reais limitados a variação do CDI, acrescidos em média de 3,1% ao ano, e não foram designados em relação a contabilidade de hedge. Vide maiores detalhes na Nota 21.

Em 2016 e 2017 o Grupo celebrou contratos de arrendamentos mercantis financeiros para financiamento de renovação de sua frota de veículos, junto ao banco Santander e Bradesco, sendo aplicado a taxa anual média de 18,65%. O

financiamento será liquidado em 36 parcelas mensais e o recurso será utilizado dentro do cronograma de renovação da frota. Em 31 de dezembro de 2017 já havia sido utilizado o montante de R\$ 2.426. Saldo atualizado da dívida em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 1.287.

Em março de 2018 o Grupo celebrou contrato de arrendamento mercantil financeiro para financiamento de renovação de sua frota de veículos, junto ao banco Votorantim, sendo aplicado a taxa anual média de 11,5%. Em 31 de dezembro de 2018 havia sido utilizado o montante de R\$ 668. Saldo atualizado da dívida em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 524.

Em agosto de 2018, o Grupo obteve empréstimo bancário, em moeda estrangeira, junto a banco de primeira linha, no valor de R\$22.765 (equivalente a US\$5.839), remunerado pela variação cambial mais taxa de juros de 4,48% ao ano. Esse empréstimo será pago em parcela única em 05 de fevereiro de 2020. O saldo atualizado da dívida em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 23.246.

Em outubro de 2018 o Grupo celebrou contrato de arrendamento mercantil financeiro para financiamento de renovação de sua frota de veículos, junto ao banco Bradesco, sendo aplicado a taxa anual média de 11,5%. Em 31 de dezembro de 2018 havia sido utilizado o montante de R\$ 1.068. Saldo atualizado da dívida em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 908.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

	Consolidado		
	Empréstimos	Passivo de arrendamento	Total
Saldo em 1 janeiro de 2018	90.098	1.946	92.044
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	53.586	1.922	55.508
Pagamento de empréstimos	(53.365)		(53.365)
Pagamento de passivos de arrendamento financeiro		(1.143)	(1.143)
	<u>220</u>	<u>779</u>	<u>999</u>
Efeito nas variações de câmbio	<u>15.186</u>		<u>15.186</u>
Novos arrendamentos financeiros			
Despesas com juros	3.850		3.850
Juros pagos	<u>(5.749)</u>	<u>(7)</u>	<u>(5.756)</u>
	<u>(1.899)</u>	<u>(7)</u>	<u>(1.905)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>103.606</u>	<u>2.718</u>	<u>106.324</u>

	Consolidado		
	Empréstimos	Passivo de arrendamento	Total
Saldo em 1 janeiro de 2017	100.314	1.205	101.519
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	86.501	-	101.519
Pagamento de empréstimos	(98.220)	-	(98.220)
Pagamento de passivos de arrendamento financeiro	-	(630)	(630)
	(11.719)	(630)	(12.349)
Efeito nas variações de câmbio	1.232	-	1.232
Novos arrendamentos financeiros	-	1.371	1.371
Despesas com juros	3.387	-	3.387
Juros pagos	(3.116)	-	(3.116)
	271	1.371	1.642
Saldo em 31 de dezembro de 2017	90.098	1.946	92.044

O vencimento dos empréstimos e financiamentos do Grupo, em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, é como segue:

	Consolidado	
	2018	2017
Vencimento em 2018	-	47.237
Vencimento em 2019	59.452	44.537
Vencimento em 2020	25.494	270
Vencimento em 2021	2.139	-
Vencimento em 2022	3.495	-
Vencimento em 2023	3.495	-
Vencimento em 2024	3.495	-
Vencimento em 2025	3.495	-
Vencimento em 2026	3.495	-
Vencimento em 2027	1.764	-
	106.324	92.044

13. Fornecedores

	Consolidado	
	2018	2017
Fornecedores nacionais	14.367	14.721
Fornecedores estrangeiros	41.080	20.240
	55.447	34.961

14. Provisão para contingências

Consolidado

	Tributárias	Trabalhistas e previdenciárias	Outras provisões	Total
Em 31 de dezembro de 2016	23.006	5.593	2.707	31.306
Provisão no exercício	3.164	424	283	3.871
Reversão de provisão	(4.185)	(5.391)	(208)	(9.784)
Em 31 de dezembro de 2017	21.985	626	2.782	25.393
Em 31 de dezembro de 2017	21.985	626	2.782	25.393
Provisão no exercício	1.182	768	16.538	18.488
Reversão de provisão	(2.392)	(52)	(1.044)	(3.488)
Em 31 de dezembro de 2018	20.775	1.342	18.276	40.393

a) Natureza das contingências

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

Tributárias

Referem-se, substancialmente, a tributação de PIS e COFINS sobre Juros sobre o Capital Próprio recebido de empresa controlada no período de 2004 a 2005. Também estão considerados os impostos devidos na baixa de provisão de estoque obsoleto, tais como Imposto de Importação, IPI e ICMS, entre outros.

Trabalhistas e previdenciárias

Consistem, principalmente, em reclamações de colaboradores vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.

No que se refere aos prazos de conclusão dos processos, a maioria dos processos provisionados referem-se a matérias de natureza tributária para os quais estimamos prazos médios de realização para esses passivos, geralmente, num horizonte de 3 a 5 anos.

b) Perdas possíveis

O Grupo tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Consolidado	
2018	2017

Tributário	30.259	28.548
Trabalhista	54	246
Cível	805	452
	<u>31.118</u>	<u>29.246</u>

c) Movimentação dos depósitos judiciais

	Consolidado	
	2018	2017
Saldo inicial	3.961	1.995
Depósitos judiciais no exercício	3.726	1.948
Depósitos baixados no exercício	(3.013)	(130)
Atualização monetária	287	148
	<u>4.961</u>	<u>3.961</u>

15. Tributos e Contas a Pagar - Cessão de Direitos Creditórios

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são em sua maioria de 6,25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, considerando o benefício fiscal do lucro da exploração.

O imposto de renda contribuição social diferidos em de 31 de dezembro de 2018 e 2017 referem-se a:

	Consolidado	
	2018	2017 (Reapresentado)
Saldos ativos (passivos)		
Benefício fiscal de incorporação	(89.595)	(62.206)
Provisão baixa estoque obsoleto	23.597	7.442
Variação cambial líquida	(1.539)	(2.299)
Opções em ações	8.018	2.415
Ajuste a valor presente	875	313
Prejuízo fiscal	10.263	4.069
Outros	14.460	2.783
	(32.387)	(47.483)
Imposto diferido ativo	57.980	17.022
Imposto diferido passivo	(90.367)	(64.505)
	(32.387)	(47.483)

Os valores dos ativos de imposto diferido serão realizados nos próximos exercícios, conforme tabela abaixo. Os impostos diferidos passivos referem-se em sua maioria, basicamente, a diferença no tratamento da amortização do ágio. Sua realização se dará na ocasião de eventual registro de perda por *impairment* do ágio ou na alienação do investimento que deu origem ao referido ágio.

	2019	2020	2021	2022	2023	2024 a 2026	Total
Expectativa de realização anual dos impostos diferidos	4.249	6.004	7.270	8.326	9.192	22.939	57.980

15. Tributos e Contas a Pagar - Cessão de Direitos Creditórios -- Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social nas informações contábeis consolidadas do resultado

	Consolidado	
	2018	2017 (Reapresentado)
/		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Crédito de prejuízo fiscal	(5.897)	(3.891)
Realização de crédito fiscal de incorporação	27.389	3.750
(Geração) estorno de diferenças temporárias	(34.514)	(3.047)
Total do imposto diferido	(13.022)	(3.188)
(Despesa) Receita de imposto de renda e contribuição social apresentadas na demonstração do resultado	(13.022)	(3.188)

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nominal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é conforme segue:

	Consolidado	
	2018	2017 (Reapresentado)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	1.347	(15.272)
Alíquota nominal dos tributos - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(458)	5.192
Incentivo fiscal imposto de renda	-	-
Diferenças Temporárias	-	(790)
Créditos de prejuízos fiscais e base negativa não reconhecidos	(5.111)	(738)
Efeitos da tributação por método diferente do lucro real	10.065	(2.324)
Provisões indedutíveis	(1.002)	-
Créditos de exercícios anteriores com expectativa de recuperação	9.528	1.848
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	13.022	3.188
Diferidos	13.022	3.188
	13.022	3.188
Alíquota efetiva - %	966,7%	21,0%

15. Tributos e Contas a Pagar - Cessão de Direitos Creditórios -- Continuação

c) Impostos a pagar

	Consolidado	
	2018	2017
ICMS e IPI a pagar	4.480	3.980
PIS/COFINS a pagar	1.407	1.404
PIS/COFINS a pagar - PERT	2.411	2.282
ISS a pagar	85	107
Provisão de IR CSLL	-	-
Outros	16	62
	8.399	7.835
IR e Contribuições retidos na fonte a pagar	903	1.005
Passivo circulante	6.442	5.912
Passivo não circulante	1.957	1.923

d) Impostos a recuperar

	Consolidado	
	2018	2017 (Reapresentado)
ICMS e IPI a recuperar	13.518	8.912
INSS a recuperar	217	4.731
IR e CSL a recuperar	4.646	3.197
PIS e COFINS a recuperar	61.284	4.027
Outros impostos a recuperar	1.450	1.422
	81.115	22.289
Ativo circulante	15.032	7.681
Ativo não circulante	66.083	14.608

e) Cessão de direitos creditórios

A Companhia mantinha registrado direitos creditórios tributários na rubrica de impostos a recuperar e outros ativos.

No ano de 2018, por atender os requerimentos da política contábil, foi reconhecido na rubrica de outras receitas e receitas financeiras um novo direito creditório no valor de R\$ 58.363 decorrente do transito em julgado do referido processo e por consequência foi provisionado os honorários advocatícios no montante de R\$ 5.836.

Adicionalmente, a Companhia tinha ações de indêbitos tributários adicionais às mencionadas acima, as quais por não atenderem aos conceitos de “praticamente certo” não foram registradas por representarem ativos contingentes.

Em 27 de dezembro de 2018 a Companhia (“Cedente”) cedeu direitos creditórios referentes aos ativos registrados no balanço e também parte do ativo contingente a terceiro (“Cessionário”) no montante de R\$ 27.750 (“preço de aquisição”), decorrente de determinadas ações de indêbitos tributários e outros, visando à condenação da União e Autarquias, por cobrança indevida de impostos e taxas administrativas. Além do preço de aquisição, a Companhia fará jus a pagamentos adicionais referentes a esses direitos creditórios desde que atenda determinadas condições de performance quando do exercício da opção de recompra citada no parágrafo seguinte.

Concomitante à lavratura do instrumento financeiro de cessão dos direitos tributários, o Cedente e Cessionário também assinaram instrumento financeiro de opção de recompra de direitos creditórios onde o Cedente tem direito, mas não a obrigação, de eventualmente adquirir, parcelas dos créditos cedidos relacionado a um processo especificamente que foi reconhecido o ganho em 2018 decorrente do transito em julgado, conforme mencionado acima.

Em decorrência da cessão dos direitos creditórios, ativos contingentes e a opção de recompra de um dos direitos creditórios, tivemos os seguintes impactos:

- (a) Recebimento de caixa de R\$ 27.750 decorrente da venda dos direitos creditórios.
- (b) Custo financeiro de juros no reconhecimento da obrigação a pagar no fluxo do exercício da opção de recompra, reconhecido na rubrica de despesas financeiras no montante de R\$ 13.201
- (c) Obrigações futuras a pagar a valor presente decorrente do exercício da opção de recompra, no montante de R\$ 32.561, reconhecida na rubrica de outras contas a pagar.
- (d) Deságio na cessão dos direitos creditórios no montante de R\$ 19.498, reconhecido na rubrica de outras despesas.
- (e) Ganho na venda de ativo contingente dos tributos e obrigações no montante de R\$3.544, com impacto na rubrica de outras receitas.

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital autorizado e subscrito

O capital autorizado do Grupo é de 100.000.000 de ações ordinárias sem valor nominal definido em estatuto.

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social é representado por 78.506.215 (em 2017, 78.506.215) ações ordinárias totalmente integralizadas, todas nominativas e sem valor nominal.

16.2. Ações em tesouraria

As operações de recompra são realizadas a valor de mercado no pregão da BM&FBOVESPA.

Em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$11.208 (R\$11.208 em 2017) registrado em ações em tesouraria corresponde à compra de 1.207.800 (1.207.800 em 2017) ações ao preço médio unitário de R\$9,28.

16.3. Gastos com emissão de ações

Reserva formada na abertura do capital da Companhia, com pedido protocolado na Comissão de Valores Mobiliários em 04 de maio de 2011.

16.4. Reservas de Capital

Reserva de capital constituída com captação de recursos através de oferta pública de ações realizada em 05 de julho de 2011.

16.5. Reservas de capital e opções outorgadas

Reserva constituída através de opção de recebimento de prêmios baseados em ações, disponibilizada a alguns executivos da TASA e SCS (diretores, presidente do conselho, gerentes e coordenadores).

16.6. Reserva legal e dividendo mínimo obrigatório e dividendo adicional proposto

a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e

somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b) **Dividendo mínimo obrigatório**

Conforme o estatuto social, a Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável de 25% do lucro ajustado.

c) **Dividendo adicional proposto**

Reserva de dividendo adicional proposto ainda pendente de deliberação em assembléia geral.

c) **Lucro por ação**

(i) *Básico*

O lucro básico por ação do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas do Grupo, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pelo Grupo e mantidas como ações em tesouraria.

	2018	2017
Lucro (prejuízo) do exercício social	14.369	(1.919)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	77.298	77.298
Lucro (prejuízo) básico por ação em R\$	0,1859	(0,0248)

(ii) *Diluído*

O lucro líquido diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. O Grupo possui somente uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação do Grupo), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação.

O Grupo não apresentou diferenças no cálculo do resultado básico e diluído por ação em 31 de dezembro de 2018 e 2017 em virtude das ações ordinárias potenciais reduzirem prejuízo por ação das

operações continuadas. Conforme definido no CPC 41 - Resultado por ação, estas ações possuem efeito antidilutivos.

16. Patrimônio líquido--Continuação

16.7. Ajuste de avaliação patrimonial

Em 14 de maio de 2010, o Grupo por meio de sua controlada SD Participações, adquiriu 10,04% de participação no capital total e votante na controlada TASA, sendo que o excedente pago em relação ao valor patrimonial das ações foi registrado como transação de capital diretamente no patrimônio líquido.

Em 27 de fevereiro de 2015 a controlada TASA resgatou o total de ações preferenciais emitidas, detidas por participação não controladora. As operações geraram efeitos contábeis registrados diretamente no patrimônio líquido como "Ajuste de avaliação patrimonial".

16.8. Reserva de lucros - incentivos fiscais reflexos

Com base no Art. 195-A da Lei das S.A., o Grupo destinou para reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente do lucro na exploração da sua subsidiária TASA, e esse montante foi excluído da base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

16.9. Reserva de lucros a realizar

Com base no Art. 197 da Lei das S.A. o lucro líquido da Companhia, deduzido da reserva legal de 5%, foi destinado a constituição de reserva de lucro a realizar, devido ao reconhecimento contábil de ganho oriundo de registro de créditos tributários que serão realizados futuramente.

17. Plano de opção de compra de ações – *stock options*

A opção de recebimento de prêmios baseados em ações é disponibilizada a alguns executivos da TASA e SCS (diretores, presidente do conselho, gerentes e coordenadores), controladas direta do Grupo e da própria controladora, pela emissão de ações da Technos S.A. Baseada nas normas descritas no CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, as Companhias reconhecem o resultado de compensação da participação concedida aos executivos, proporcionalmente, com base no período determinado de sua permanência no Grupo e no valor justo do instrumento patrimonial outorgado apurado na data da mensuração. A determinação do valor justo da ação requer julgamento, que inclui estimativas para a taxa de juros livre de riscos, volatilidade esperada, prazo de duração da opção, dividendo e perdas esperadas. Caso algumas dessas premissas variem significativamente das informações atuais, o pagamento baseado em ações pode ser impactado.

O número de opções disponibilizadas é fixo e pré-determinado no momento da concessão das mesmas. As opções têm um prazo máximo de exercício de 7 anos (vesting period), sendo que cada executivo tem a obrigação de utilizar um percentual mínimo de sua remuneração variável e de seus dividendos para o

exercício, o que reduz o prazo médio efetivo de exercício. O preço de exercício das opções é ajustado anualmente por Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 3% a 7% ou pela taxa CDI.

O valor justo médio das opções concedidas é determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes.

Os dados significativos incluídos no modelo de avaliação das opções concedidas são: preço médio ponderado da ação na data da concessão, apurado com base na cotação dos trinta últimos pregões, com até 10% de desconto, base para estabelecimento do preço de exercício na data de cada programa.

O preço de exercício será corrigido pelo IPCA+3% ao ano ou pela taxa do CDI, desde a data de cada programa até a data de exercício da opção.

Do preço de exercício será descontado o valor de dividendos deliberados entre a data de cada programa e a data de exercício da opção.

A volatilidade é baseada na própria volatilidade de negociação das ações do Grupo no mercado

Aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 26 de abril de 2012, limitado a emissão de 2.500.000 ações ordinárias, contemplando diretores, gerentes e coordenadores do Grupo. O preço da ação no exercício é atualizado pelo IPCA mais juros de 3% ao ano. Para este plano foram gerados o 1º programa com opção de compra de 1.122.500 ações, vigente até 30 de abril de 2019, 2º programa com opção de compra de 600.000 ações, vigente até 17 de janeiro de 2020, e o 3º programa com opção de compra de 340.000 ações, vigente até 15 de abril de 2020.

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 7 de julho de 2015 o plano 01/2015, limitado a emissão de 1.500.000 ações ordinárias, contemplando diretores, conselho de administração, gerentes e coordenadores do Grupo. O preço da ação no exercício é atualizado pela taxa CDI. Para este plano foi gerado o programa PL 01/2015 com opção de compra de 1.500.000 ações, vigente até 08 de julho de 2020.

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 07 de julho de 2015 o plano 02/2015, limitado a emissão de 1.700.000 ações ordinárias, contemplando diretores, conselho de administração, gerentes e coordenadores e outros funcionários que participem da gestão do Grupo. O preço da ação no exercício é atualizado pela taxa CDI. Para este plano foram gerados o 1º programa com opção de compra de 1.150.000 ações, 2º programa com opção de compra de 300.000 ações e o 3º programa com opção de compra de 250.000 ações, vigentes até 8 de julho de 2020.

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 29 de abril de 2016 o plano 01/2016, limitado a emissão de 500.000 ações ordinárias, contemplando diretores, conselho de administração, gerentes e coordenadores do Grupo. O preço da ação no exercício é atualizado pela taxa CDI. Para este plano foi gerado o programa PL

01/2016 com opção de compra de 500.000 ações, vigente até 16 de junho de 2021.

A despesa reconhecida referente a serviços de funcionários recebidos durante o exercício está demonstrada na tabela abaixo:

	Consolidado	
	2018	2017
Despesas de opções de compra de ações no exercício	1.607	2.072
	<u>1.607</u>	<u>2.072</u>

A tabela a seguir apresenta o número (Nº) e média ponderada do preço de exercício (WAEP) e o movimento das opções de ações durante o exercício:

	Consolidado			
	2018		2017	
	Nº	WAEP	Nº	WAEP
Saldo inicial	5.225	7,47	5.425	7,47
Expiradas durante o exercício	(1.990)		(200)	
Saldo Final	<u>3.235</u>	<u>14,61</u>	<u>5.225</u>	<u>7,47</u>

18. Receita líquida

	Consolidado	
	2018	2017
Faturamento Bruto com IPI	387.642	455.022
IPI sobre receita	(2.192)	(4.182)
Vendas brutas de produtos e serviços	385.450	450.840
Devoluções e cancelamentos	(21.950)	(38.478)
Ajuste a valor presente sobre as vendas	(7.305)	(12.443)
Impostos sobre vendas	(51.517)	(61.605)
Ajuste a valor presente dos impostos sobre vendas	1.018	1.763
Receita líquida	<u>305.696</u>	<u>340.077</u>

As vendas de serviços historicamente não ultrapassam 0,5% do total das vendas brutas de produtos e serviços.

O valor referente a incentivos fiscais de ICMS reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é R\$ 14.173 (R\$ 17.074 em 2017).

19. Custo e despesa por natureza

O Grupo optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017 (Reapresentado)	2018	2017 (Reapresentado)
Matéria-prima, mercadoria e materiais de uso e consumo	-	-	(112.739)	(134.886)
Frete e armazenagens	-	-	(14.373)	(15.918)
Provisão para baixa de estoque obsoleto	-	-	(2.383)	(11.119)
Gastos com pessoal	(1.080)	(1.205)	(95.318)	(96.676)
Serviços Prestados por terceiros	(215)	(222)	(41.955)	(45.529)
Impostos e taxas	(104)	(85)	(1.421)	(3.875)
Aluguel de imóveis e equipamentos	-	-	(4.388)	(5.177)
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	(2)	(4)	(7.370)	(8.811)
Opções de compra de ações - <i>stock options</i>	(109)	(187)	(1.607)	(2.073)
Amortização valor justo aquisição dumont	-	-	(1.894)	(3.384)
Outras despesas	(121)	(130)	(25.150)	(25.402)
	1.631	(1.833)	(308.598)	(352.850)
Classificado como				
Custo dos produtos vendidos	-	-	(159.038)	(185.004)
Despesas de vendas	-	-	(95.945)	(118.189)
Perda por redução a valor recuperável de contas a receber	-	-	(13.287)	(14.487)
Despesas administrativas	(1.522)	(1.646)	(35.189)	(36.213)
Outras despesas operacionais, líquidas	(109)	(187)	(5.139)	1.043
	1.631	(1.833)	(308.598)	(352.850)

20. Resultado financeiro

	Consolidado	
	2018	2017 (Reapresentado)
Despesas financeiras		
Empréstimos e financiamentos	(5.514)	(5.711)
Perdas em derivativos	(2.987)	(19.555)
Despesa financeira – ajuste AVP	-	(1.398)
Variação cambial	(43.124)	(4.202)
Outras despesas financeiras	(4.871)	(14.268)
Descontos concedidos	(22.128)	-
	(78.624)	(45.134)
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras e depósitos vinculados	2.924	3.929
Ganhos em derivativos	17.960	12.260
Outras receitas financeiras	22	5.248
Receitas financeiras – reversão AVP	12.035	3.963
Juros de mora	26.146	17.231
Variação cambial	23.787	4
	82.874	42.635
Resultado financeiro	(15.249)	(2.499)

21. Transações com partes relacionadas

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui diretores e gerentes. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por serviços de empregados está apresentada a seguir:

	2018	2017
Salários e encargos dos gerentes	10.618	12.787
Remuneração e encargos da diretoria	5.969	6.051
Opções de ações	1.607	2.072
	18.194	20.910

b) Operações realizadas entre empresas controladas

Em 31 de dezembro de 2018 a TASA vendeu produtos para a SCS no montante de R\$ 25.348 (R\$ 23.184 em 2017).

Em 31 de dezembro de 2018, a TASA apresenta saldo de contas a receber da SCS por fornecimento de mercadoria no valor de R\$ 36.922 (R\$ 11.178 em 2017). Por pagamento de obrigações da TASA a SCS registra outras contas a receber da TASA no valor de R\$ 29.530 (R\$ 20.141 em 2017).

21.1 Controladora

Exceto pelo valor de dividendos a receber registrado em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 5.093 (R\$ 6.676 em 2017) da controlada TASA, não existe qualquer outro valor de transações com partes relacionadas.

22. Instrumentos financeiros derivativos

a) Mercado futuro de dólar (forward) e swap cambial CDI X USD

O Grupo, com o objetivo de reduzir sua potencial exposição a oscilações na taxa de câmbio R\$/US\$ utilizada para liquidação de suas importações e de seus empréstimos captados em moeda estrangeira, contrata operações de instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar e swap cambial CDI X USD BRL.

O valor justo total de um derivativo é classificado como ativo ou passivo circulante ou não circulante e a contrapartida é registrada na demonstração de resultado nas rubricas de "Receitas e/ou despesas financeiras".

É importante ressaltar que a utilização de derivativos cambiais se restringe tão somente à proteção do valor contratado e estimado de compras de fornecedores estrangeiros nos seis meses subsequentes e de empréstimos captados em moeda estrangeira.

Qualquer variação na cotação do US\$ que vier a causar perda nos investimentos derivativos tende a ser compensado por ganho na liquidação dos câmbios relacionados a compras de fornecedores estrangeiros.

Os valores de referência (notional) dos contratos de mercado futuro de dólar em aberto em 31 de dezembro de 2018 corresponde a R\$ 66.780, equivalentes a US\$ 17.234 (R\$21.833, equivalente a US\$6.600 em 2017) e o de swap em reais corresponde a R\$ 78.489 (R\$ 94.679 em 2017). Adicionalmente o efeito no resultado do exercício das duas operações em 31 de dezembro de 2018 correspondeu R\$ 11.950 (R\$ 3.523 em 2017). O risco provável para fins de análise de sensibilidade tem como referência a cotação do dólar em 31 de dezembro de 2018. O risco provável do swap em reais tem como base a cotação do CDI acumulado até 31 de dezembro de 2018.

b) Análise de sensibilidade

31 de dezembro de 2018							
Cenário							
	Ativo	Passivo	Valor de referência	Risco	Provável	25%	50%
Derivativo cambial	3.378	(883)	66.780	Desvalorização do US\$	3.506	(13.189)	(29.884)
Swap em reais - CDI	9.750	(295)	78.489	Aumento da taxa interna de juros	(78.489)	(79.295)	(80.098)
31 de dezembro de 2017							
Cenário							
	Ativo	Passivo	Valor de referência	Risco	Provável	25%	50%
Derivativo cambial	152	(306)	21.833	Desvalorização do US\$	(23)	(5.481)	(10.939)
Swap em reais - CDI	3.677	-	94.679	Aumento da taxa interna de juros	716	(598)	(1.897)

No cenário provável é considerada a taxa de fechamento de câmbio do último dia do mês de encerramento do exercício.

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

23.1. Fatores de risco financeiro

O Grupo possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

a) Risco de mercado

(i) *Risco cambial*

O risco associado decorre da flutuação da taxa de câmbio do período compreendido entre a data da compra (encomenda) e a data de liquidação. As importações são integralmente liquidadas num período máximo de 45 dias entre a data de embarque e a data de liquidação do contrato de câmbio.

Para se proteger dessas oscilações, o Grupo se utiliza de instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar a fim de travar o câmbio para parte de suas compras, se protegendo, dessa forma, das oscilações cambiais. O Grupo não aplica contabilidade de *hedge*.

(ii) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*

Os ativos do Grupo que estão sujeitos a taxas de juros fixas são representados pelos saldos de contas a receber de clientes que possuem características de financiamentos, mensurados a valor justo por meio do resultado, e as aplicações financeiras que são remuneradas com taxas variáveis de juros com base na variação da taxa de certificado de depósito interbancário.

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo, vinculados às taxas variáveis de juros, especificamente à taxa média diária dos depósitos interbancários (DI). A política do Grupo tem sido em manter os empréstimos em taxas variáveis de juros. Durante 2016 e 2015 os empréstimos do Grupo às taxas variáveis eram mantidos em reais.

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

23.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

a) Risco de mercado--Continuação

(ii) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*--Continuação

A Administração do Grupo considera que o Certificado de Depósito Interbancário (CDI) é uma taxa livremente praticada no mercado, e por isso, todos os agentes estão, de alguma forma direta ou indiretamente, sujeitos à ela. A Administração não considera o risco de taxa de juros crítico em suas operações.

b) Risco de crédito

A política de vendas do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, bem como criteriosa análise de crédito com base em dados internos do histórico do cliente e fontes externas de consultas, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

c) Risco de liquidez

É o risco do Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A Administração monitora as suas projeções de recebimentos e pagamentos diários, a fim de evitar descasamentos imprevistos. Além disso, o Grupo conta com linhas de crédito imediatamente disponíveis em bancos de primeira linha, que poderão ser utilizados numa eventual necessidade.

Para gerenciara liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

23.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

c) Risco de liquidez--Continuação

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Technos e os passivos financeiros derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco Anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Empréstimos e financiamentos	59.452	25.494	9.129	12.249
Contas a pagar por aquisição societária	1.103	26.163	-	-
Salários e encargos sociais	6.956	-	-	-
Fornecedores e outras obrigações	63.046	38.555	-	-
Em 31 de dezembro de 2017				
Empréstimos e financiamentos	46.768	45.276	-	-
Contas a pagar por aquisição societária	1.103	26.346	-	-
Salários e encargos sociais a pagar	7.543	-	-	-
Fornecedores e outras obrigações	39.609	107	-	-

23.2. Gestão do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

23.2. Gestão do capital--Continuação

O Grupo monitora o capital com base em índices de alavancagem financeira. Um desses índices é a proporção entre dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado e incluindo também valores a pagar por aquisição de participação de não controladores), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O patrimônio líquido corresponde ao valor constante do balanço ao final do exercício.

Em 31 de dezembro de 2018 a dívida líquida do Grupo monta R\$ 36.463 e corresponde a 7,8% do patrimônio líquido (em 2017, R\$ 77.215, equivalendo a 16,6% do patrimônio líquido).

O endividamento tem como origem relevante a captação de recursos aplicada na aquisição da Dumont.

O capital não é administrado no nível da Controladora, somente no nível consolidado.

23.3. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Consolidado em 31 de dezembro 2018

Categoria: Classificação:			Valor Justo	Valor Contábil
Ativo financeiro:				
Caixa e equivalente de caixa	Custo Amortizado	Nível 2	69.861	69.861
Depósitos vinculados	Custo Amortizado	Nível 2	24.164	24.164
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	Nível 2	160.179	160.179
Instrumentos financeiros derivativos	Valor Justo pelo Resultado – VJR	Nível 2	13.128	13.128
Outros ativos financeiros	Custo Amortizado	Nível 2	12.334	12.334
Adiantamentos a fornecedores	Custo Amortizado	Nível 2	5.000	5.000
Passivo financeiro:				
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Nível 2	106.324	106.324

Fornecedores	Custo Amortizado	Nível 2	55447	55447
Instrumentos financeiros	Valor Justo pelo Resultado – VJR	Nível 2	1.178	1.178
derivativos				

Consolidado em 31 de dezembro de 2017

	Categoria:	Classificação:	Valor Justo	Valor Contábil
Ativo financeiro:				
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	Nível 2	14.829	14.829
Depósitos vinculados	Custo amortizado	Nível 2	24572	24572
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	Nível 2	191.697	191.697
Instrumentos financeiros derivativos	Valor Justo pelo Resultado – VJR	Nível 2	3.829	3.829
Outros ativos financeiros	Custo amortizado	Nível 2	33.347	33.347
Passivo financeiro:				
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Nível 2	92.044	92.044
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	34.961	34.961
Instrumentos financeiros derivativos	Valor Justo pelo Resultado – VJR	Nível 2	306	306

Nível 2 - Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo das contas a receber, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

Nível 2 - O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas do Grupo. A análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM está apresentada na Nota 21.

Nível 2 - As taxas de juros de empréstimos e financiamento são pré-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado.

Nível 1 - Caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar a fornecedores, adiantamentos e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu

respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

23.3. Valor justo dos ativos e passivos financeiros--Continuação

O Grupo aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

23.4. Instrumentos financeiros por categoria

Consolidado			
	Ativos mensurados a valor justos	Custo amortizado	Total
31 de dezembro de 2018			
Ativos, conforme o balanço patrimonial:			
Depósitos vinculados	-	24.164	24.164
Contas a receber de clientes	-	160.179	160.179
Caixa e equivalente de caixa	-	69.861	69.861
Instrumentos financeiros derivativos	13.128	-	13.128
	13.128	254.204	267.332

Consolidado			
	Passivos mensurados a valor justo	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2018			
Passivos, conforme o balanço patrimonial:			
Empréstimos	-	106.324	106.324
Valor a pagar por aquisição de participação societária	-	27.266	27.266
Derivativos - swap	1.178		1.178
	1.178	133.590	134.768

	Consolidado		
	Ativos mensurados a valor justo	Empréstimos e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2017			
Ativos, conforme o balanço patrimonial:			
Depósitos vinculados	-	24.572	24.572
Contas a receber de clientes	-	191.697	191.697
Caixa e equivalentes de caixa	-	14.829	14.829
Instrumentos financeiros derivativos	3.829	-	3.829
	3.829	231.098	234.927

	Consolidado		
	Passivos mensurados a valor justo	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2017			
Passivos, conforme o balanço patrimonial:			
Empréstimos	-	92.044	92.044
Valor a pagar por aquisição de participação societária	-	27.449	27.449
Derivativos - <i>swap</i>	306	-	306
	306	119.493	119.799

23.5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou provisionados (*impaired*) pode ser avaliada mediante referência às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Consolidado	
	2018	2017
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Clientes nacionais	141.636	163.735
Clientes regionais e locais (Magazines)	18.039	22.329
Outros	504	5.633
Total de contas a receber de clientes	160.179	191.697
Conta corrente e depósitos bancários e depósitos vinculados (a)		
AAA	100.451	38.480
	100.451	38.480

(a) Classificação extraída através do relatório da agência classificadora Fitch Ratings Brasil Ltda. O Grupo somente utiliza instituições financeiras com *rating* de AAA para as suas operações com instrumentos financeiros derivativos (Nota 21).

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

23.5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros--Continuação

- Clientes nacionais - clientes de abrangência nacional, na maioria das vezes com grandes redes de pontos de venda atendendo o território nacional sem histórico de perda.
- Clientes regionais e locais - clientes de abrangência regional ou local, com um ou alguns pontos de venda concentrados na mesma região com eventuais históricos de atraso e baixos níveis de perda.
- Outros - clientes *giftline* e outros que não possuem histórico de relacionamento recorrente com o Grupo e não têm como atividade fim a comercialização de relógios.

O Grupo efetua a análise de crédito com base principalmente, no histórico de pagamentos do cliente. O limite de crédito é determinado de forma individual, e leva em consideração a sua capacidade financeira, o histórico de pagamento e o volume de compras efetuadas nos últimos 12 meses. Para os clientes novos, o Grupo recorre à consulta de histórico de crédito junto às agências de avaliação de crédito (SERASA, SPC, entre outras).

Para os clientes adimplentes, desde que respeitados os limites de crédito, as vendas são efetuadas automaticamente. Para os clientes que já figuraram como inadimplentes, a autorização das vendas é feita manualmente com base em análise individual, até que o histórico de crédito seja restabelecido. Nenhum dos ativos financeiros adimplentes foi descontado no último exercício.

* * *

Thiago Frias Picolo Peres
Diretor Presidente

Hélio Borges Apolinário
Contador CRC-RJ 044965/O-9

Luis Miguel Cafruni
Diretor Financeiro